


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1004714-78.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel**
 Requerente: **Luzia Rodrigues de Alcantara da Silva**
 Requerido: **Claudionor Pinto**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

Luzia Rodrigues de Alcantara da Silva, qualificada na inicial, ajuizou ação de **Despejo Por Falta de Pagamento** em face de **Claudionor Pinto**, também qualificado, alegando que locou ao requerido o imóvel residencial situado na Rua Domingos de Angelis, 776, Jardim Tangará, nesta cidade de São Carlos, mediante aluguel mensal.

Ocorre que a locatária deixou de lhe pagar os alugueis vencidos em 07/11/2015, 07/12/2015 e 07/01/2016, totalizando um débito no importe de R\$ 5.414,99, conforme conta apresentada a fls. 04.

Pediu então a autora a citação do requerido para responder ao pedido de rescisão do contrato de locação ou purgar a mora e, a final, a condenação do requerido a desocupar o imóvel, bem como ao pagamento das verbas de sucumbência.

O réu, regularmente citado, purgou a mora, requerendo o autor a extinção do feito.

É o relatório.

DECIDO.

O requerido exercitando o direito que lhe confere o disposto nos §§ 1º e 3º do artigo 62, inciso II, da Lei 8.245/91, purgou a mora extrajudicialmente diretamente à autora, que solicitou a extinção do feito.

Dessa forma, ambas as partes obtiveram a tutela jurisdicional pleiteada.

Assim, reconhecido o pedido, deverá o requerido arcar com as custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% (*dez por cento*) do valor devido.

Pelo exposto e o que mais dos autos consta, JULGO EXTINTA a presente ação com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil; CONDENO o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% (*dez por cento*) sobre o valor devido.

Transitada em julgado e pagas eventuais custas em aberto, arquivem-se.

P.R.I.

São Carlos, 03 de maio de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA